

O novo Aeroporto de Lisboa tem concentrado muita da atenção mediática, não só pela importância da decisão política, mas essencialmente pelos impactos que a sua localização terá no desenvolvimento e ordenamento do território português. Serão vários os efeitos, económicos, sociais e ambientais (entre outros) desta escolha, o que suporta a importância e a relevância atribuída pelo governo aos estudos de avaliação e à produção de conhecimento e ferramentas que apoiem a tomada de decisão. Tudo correto e alinhado com as melhores práticas, conceptuais e metodológicas, internacionais.

Em cima da mesa estão cinco opções: Portela mais Montijo; Montijo mais Portela; Alcochete; Portela mais Santarém; e Santarém sozinho. Soubemos recentemente, com bastante destaque, que a localização do novo aeroporto será proposta por uma comissão técnica de peritos, apoiada por uma comissão de acompanhamento que integra representantes institucionais, autarcas, um magistrado e os Bastonários da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Economistas. Esta comissão técnica independente deverá apresentar ao Governo um relatório que permita uma decisão política fundamentada em conhecimento e numa análise de impactos, até ao final de 2023. Conhecida que está a composição desta comissão, a Associação Portuguesa de Geógrafos manifesta publicamente **a sua profunda preocupação pela não inclusão da Geografia no grupo de peritos de análise ao futuro aeroporto de Lisboa**, considerando ser extremamente grave a desconsideração da Geografia, da sua área de trabalho e das suas ferramentas metodológicas.

Não está em causa o perfil ou as competências dos seis académicos que integram a comissão técnica de peritos, cujo valor a Associação Portuguesa de Geógrafos reconhece, aplaude e destaca. Está em causa a opção, ponderada ou não, de excluir a Geografia, sabendo-se da sua relevância e experiência em estudos semelhantes. Importa lembrar, por exemplo, que a Comissão Técnica de Avaliação do Aeroporto da Ota foi composta por sete especialistas, um deles um Geógrafo.

Não se tratando apenas de definir uma localização, mas sim de uma opção estratégica com grande impacto nos instrumentos de gestão territorial, no ordenamento do território e no desenvolvimento de base espacial, é intrigante e lamentável que nem a Associação Portuguesa de Geógrafos, nem um dos Institutos ou Departamentos de Geografia (com várias especializações em planeamento, ordenamento do território e sistemas de informação geográfica, por exemplo) e/ou os respetivos centros de investigação, estejam representados neste processo, que se reveste de elevada importância para o país. Reduzir esta avaliação ao espectro compreendido entre a economia e a engenharia, salvaguardando as questões ambientais, é assumir um retrocesso gigante na conceção

e operacionalização de gestão e planeamento do território, em que a Associação Portuguesa de Geógrafos não se revê.

A este propósito importa recuperar a matriz que sustenta o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, designadamente quando refere que a resposta eficaz e eficientes aos desafios territoriais emergente “impõe envolver diferentes entidades e cidadãos, e desenvolver colaborações e cocriações multissetoriais e multidisciplinares (de quádrupla hélice) tendo em vista a criação de soluções inovadoras e criativas e a concretização de objetivos”.

A multidisciplinaridade não pode ser apenas uma retórica. Nem a seleção de áreas científicas para projetos desta relevância se pode basear em pressupostos ultrapassados, jogos de interesses ou no acaso. A Geografia é relevante e aporta conhecimento e metodologias próprias, complementares a outras ciências. A sua não inclusão retira, necessariamente, valor e conhecimento aos elementos que vão fundamentar uma escolha tão importante.

Podemos recordar o papel da Geografia em projetos estruturantes para o país, com destaque para a elaboração e posterior revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e para o papel decisivo de vários Geógrafos na Direção Geral do Território e em pastas governamentais associadas ao ordenamento do território. Podemos, ainda, recordar o estatuto de utilidade pública que reconhece (desde 1987) à Associação Portuguesa de Geógrafos – e consequentemente à Geografia Portuguesa – a prestação de relevantes serviços à comunidade em domínios como o ensino, o planeamento e ordenamento do território, os estudos ambientais, os sistemas de informação geográfica e a cartografia.

Com todos estes considerandos, é no mínimo estranho que se reserve à Geografia um papel de espetador. **A Geografia quer ser um parceiro ativo, exigente, crítico. A Geografia deseja integrar o processo decisório, num verdadeiro processo global, integrador e multidisciplinar, colaborando – com a Economia, a Engenharia, a Arquitetura, a Sociologia e todas as disciplinas relevantes – para o sucesso da iniciativa!**

Lisboa, 2 de dezembro de 2022

Pela Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos



(Presidente)